

A INFLUÊNCIA DO REGIME DE ENTREPOSTO INDUSTRIAL SOB CONTROLE INFORMATIZADO (RECOF) NA GERAÇÃO DE VANTAGEM COMPETITIVA: UM ESTUDO NO SETOR DE COMPONENTES ELETRÔNICOS

Autores: João Lázaro V. Silva, Juliana M. dos Santos Cunha, Marcelo Vieira da Silva, Márcio Henrique Meninel, Raquel Saltorato. **Co-Autor:** Gilberto Perez. **Co-autor:** Professor Gilberto Perez.

RESUMO

A proposta desse trabalho é identificar como o Regime de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado (RECOF) influencia a geração de vantagem competitiva para as empresas do setor de componentes eletroeletrônicos. Adotou-se um estudo exploratório qualitativo por meio do qual foram realizadas quatro entrevistas despadronizadas ou não estruturadas focalizadas. As entrevistas foram efetuadas de acordo com o roteiro de entrevista previamente elaborado de acordo com a literatura. Foram estudadas quatro empresas multinacionais de grande porte e uma empresa prestadora de serviços, pioneira no desenvolvimento do software necessário para a operacionalização do regime. Por se tratar de pesquisa do tipo qualitativa foi empregada a técnica de análise de conteúdo, por meio da qual se identificou os fatores que influenciam na geração da vantagem competitiva, a partir do RECOF.

Palavras-chave: RECOF, Vantagem Competitiva, Exportação.

INTRODUÇÃO

A busca pelo crescimento econômico é hoje a maior preocupação dos países emergentes. O aumento da produção e da renda *per capita* traz benefícios à economia como um todo. Os recursos advindos deste crescimento podem causar modificações estruturais que podem induzir o crescimento em outros setores da economia permitindo difundir os ganhos em renda real pelos outros setores da sociedade, aumentando assim, o bem estar da população com a redução dos índices de desemprego, diminuição da pobreza, melhorias nas condições de moradia, transporte, saúde e nutrição (MONTORO FILHO, 2001).

O crescimento econômico se verifica com o domínio do setor primário, agricultura e pecuária, e a transferência dos recursos humanos e de capital para o setor secundário, manufatura e indústrias. A industrialização tem sido considerada o motor do crescimento econômico e as nações emergentes buscam maneiras de estimular e fomentar a atividade industrial, o conjunto de medidas de caráter macroeconômico com este fim é chamado de *Política Industrial* (MONTORO FILHO, 2001; KUPFER, 2002).

Criar programas de incentivos, condições de desenvolvimento e estabelecer uma política industrial compatível com os objetivos de crescimento da nação são umas das maiores preocupações de um governo, que pode se utilizar de programas de incentivos fiscais para contribuir no desenvolvimento, com políticas bem sucedidas que funcionam nas indústrias onde os determinantes da vantagem nacional estão presentes. Desta forma os governos podem ser colocados como um dos fatores que cooperam para a obtenção de vantagem competitiva, que no cenário da globalização é almejada pelas empresas que são obrigadas a buscar formas de superarem a concorrência.

As políticas devem ser compatíveis com os objetivos de crescimento de um país e, para tanto, deve-se escolher, em detrimento de alguns setores da sociedade, quais setores devem ser

beneficiados e estimulados. Os custos dos benefícios e incentivos de uma Política Industrial são repartidos de forma desigual entre os diversos setores da sociedade. Por esta razão, a análise dos objetivos e os possíveis ganhos para a sociedade com a concessão de cada benefício é uma discussão que se faz necessária e importante para a sociedade como um todo.

Neste estudo, foi abordado o Regime de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado (RECOF) que é um instrumento da Política Industrial destinado a fomentar as atividades industriais dos setores: aeronáutico, automotivo, informática e telecomunicações, semicondutores e componentes de alta tecnologia para informática e telecomunicações, o qual pode torna-se fonte de vantagem competitiva para as empresas dos setores acima mencionados. O grande benefício desse Regime é que ele permite importar todos os insumos com suspensão de II, IPI, PIS e COFINS, e a mercadoria importada quando chega, vai direto para o estoque da empresa, sendo 100% canal verde, entre outros.

Assim, a proposta deste estudo efetuado, por meio entrevistas feitas com gestores de empresas como Ericsson, Siemens, Solectron e Softway que vivenciam na prática a experiência do Regime de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado (RECOF) é mostrar como esse Regime gera vantagem competitiva para as empresas de componentes eletrônicos. O Problema de Pesquisa deste trabalho fica assim formulado:

Como o Regime de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado (RECOF) influencia na geração de vantagem competitiva para as empresas do setor de componentes eletrônicos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Regime de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado (RECOF)

De acordo com Salvatore (1998), até a década de 70 o Brasil adotou a Substituição de Importações como uma política de industrialização. Para Vazquez (2003) a forma assumida pela industrialização brasileira depois de 1930 foi o chamado Processo de Substituição de Importações, a qual foi uma fase fundamental da industrialização da economia brasileira que se estendeu de 1930 a 1960.

Segundo Garofalo Filho (2004):

Substituição de importações: conceito elaborado por economistas da Cepal para designar um processo interno de desenvolvimento, estimulado por desequilíbrio externo e que resulta na dinamização, crescimento e diversificação do setor industrial. Portanto, é mais que a produção local de bens tradicionalmente importados. Desta óptica, considera-se que o desenvolvimento industrial brasileiro no século XX ocorreu sob o estímulo das restrições externas: a depressão de 1929-1932 e a Segunda Guerra Mundial. Depois, entre 1956 e 1961, a substituição de importações foi aprofundada, dando lugar a um crescimento econômico maior que nos períodos anteriores (p. 247 e 248).

De acordo com Tavares (1972) a concepção correta do termo substituição das importações, é o processo de desenvolvimento interno que ocorre e se orienta sob o impulso de restrições internas e externas e se manifesta, primordialmente, através de uma ampliação e diversificação da capacidade produtiva industrial.

Para Van Meerhaeghe (1976), a substituição de importações envolve o aumento das importações de bens de capital que, por sua vez, leva ao aumento nas importações de matérias primas e produtos intermediários. Tudo isso explica por que a maior parte dos países subdesenvolvidos não conseguiu reduzir seus problemas com divisas através da substituição de importações, o que mostra que o argumento da indústria nascente não é tão relevante assim.

Já para Vasconcelos (2002), a substituição de importações é o processo de se produzir o que anteriormente era importado, com o intuito de se proteger o nível de atividade econômica. O Quadro 1 apresenta as definições até aqui relatadas do termo substituição de importações:

Quadro 1 – Definições de Substituição de importações

Autores/Data	Substituição de importações
GAROFALO FILHO (2004)	Conceito elaborado por economistas da Cepal para designar um processo interno de desenvolvimento, estimulado por desequilíbrio externo e que resulta na dinamização, crescimento e diversificação do setor industrial.
TAVARES (1972)	Processo de desenvolvimento interno que ocorre e se orienta sob o impulso de restrições internas e externas e se manifesta, primordialmente, através de uma ampliação e diversificação da capacidade produtiva industrial.
VAN MEERHAEGHE (1976)	Envolve o aumento das importações de bens de capital que, por sua vez, leva ao aumento nas importações de matérias primas e produtos intermediários.
VASCONCELOS (2002)	Processo de se produzir o que anteriormente era importado, com o intuito de se proteger o nível de atividade econômica.

Fonte: Organizado pelos autores

A política de substituição, em certo sentido, teve seus fatores positivos ao favorecer o crescimento da economia globalmente considerada, mas por outro lado resultou onerosa, uma vez que não permitiu ao Brasil definir claramente uma estratégia exportadora (REAL DE AZÚA, 1986, p. 57).

Isso quer dizer que, aconteceu o fenômeno típico a todo processo de substituição de importações criado ao amparo exclusivo de proteção tarifária, ou seja, satisfeitas as necessidades do mercado interno, entrou-se num período de estagnação, em face das dificuldades de competir com o mercado externo. O problema do balanço de pagamentos começou a agravar-se, já que essas indústrias substitutivas impossibilitadas de competir no mercado exterior foram em grande parte instaladas com a ajuda do capital estrangeiro, que, obviamente, teve de ser reembolsado através da remessa de “*royalties*” (REAL DE AZÚA, 1986).

No governo do Presidente Fernando Collor de Melo, além de extinguiam-se muitas das barreiras comerciais não tarifárias, definiu-se um programa de diminuição gradual das tarifas sobre importação, que foi inclusive acelerado no meio do governo. É nesse governo que a abertura comercial passou a constituir-se como meta explícita, sendo sua justificativa baseada nos elementos de ganhos delineados anteriormente. No governo FHC, a abertura comercial, apesar de continuar a ser defendida como num programa próprio, passou a ter um ritmo que dependeu do restante da política econômica. Em um primeiro momento, continuou-se a aprofundar o processo de abertura, buscando explicitamente as vantagens que este traria em termos de estabilização, além de cumprir com os compromissos estabelecidos com o Mercosul (GREMAUD et al., 2004).

A atual política industrial, nomeada como PITCE (Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior), é responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e consiste em um plano de ação do Governo Federal que tem como objetivo o aumento da eficiência da estrutura produtiva, aumento da capacidade de inovação das empresas brasileiras e expansão das exportações. Isto serve como base para uma maior inserção do país no comércio internacional, estimulando os setores onde o Brasil tem maior capacidade ou necessidade de desenvolver vantagens competitivas, abrindo caminhos para inserção nos setores mais dinâmicos dos fluxos de troca internacionais (MDIC, 2005).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2005), a PITCE objetiva induzir a mudança do patamar competitivo da indústria brasileira, rumo à maior inovação e diferenciação de produtos, almejando competitividade internacional. A inserção externa da indústria é fator decisivo para o seu desenvolvimento. Ações adotadas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2005), contemplam três planos:

- 1) Linhas de ação horizontais:
 - a. Fortalecimento do sistema nacional de inovação e desenvolvimento tecnológico;
 - b. Aumento da inserção externa dos produtos nacionais
 - c. Programa de modernização industrial
 - d. Criação de um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento industrial e ao aumento da capacidade produtiva
- 2) Opções estratégicas para aprimorar setores considerados estratégicos. Os setores são:
 - a. Indústria de semicondutores
 - b. Tecnologia da informação e software
 - c. Bens de capital
 - d. Fármacos e medicamentos
- 3) Fomento e suporte às atividades consideradas como “portadoras de futuro” como:
 - a. Biotecnologia
 - b. Nanotecnologia
 - c. Biomassa / energias renováveis

Em particular nas indústrias de tecnologia de informação e semicondutores, a PITCE visa agilizar o processo de desembaraço aduaneiro e fomentar as exportações de seus produtos (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, 2005).

Dentre as medidas para promover e diversificar as exportações do setor dentro da PITCE destaca-se, para efeitos desse estudo, alterações no programa de inclusão do setor no Regime de Entreposto Industrial sobre controle informatizado (RECOF), em particular as alterações que incluem a indústria de tecnologia de informação e semicondutores como um dos setores que podem se beneficiar do regime (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, 2005).

Para Vazquez (2003), o regime de entreposto industrial sob controle aduaneiro informatizado (RECOF) é o que permite a empresa importar, com ou sem cobertura cambial, e com suspensão do pagamento de tributos, sob controle aduaneiro informatizado, mercadorias que, depois de submetidas à operação de industrialização, sejam destinadas à exportação (Decreto nº. 4.543/2002). Parte da mercadoria admitida no regime, no estado em que foi importada ou depois de submetida ao processo de industrialização, poderá ser despachada para consumo (Decreto-lei nº. 37, de 1966, art. 89).

A mercadoria, no estado em que foi importada, poderá ter ainda uma das seguintes destinações:

- I – exportação;
- II – reexportação; ou
- III – destruição.

Os produtos importados ou exportados ao amparo do RECOF são liberados rapidamente nos portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegados. O RECOF foi instituído pelo Decreto Lei no 2.412, de 3 de Dezembro de 1997.

O RECOF, por sua natureza estratégica de estimular e facilitar os processos de exportação de produtos que agregam valor às exportações, é concedido apenas para alguns setores da indústria, a saber:

- Aeronáutica (RECOF Aeronáutico);
- Automotiva (RECOF Automotivo);
- Informática ou de telecomunicações (RECOF Informática); e

- Semicondutores e de componentes de alta tecnologia para informática e telecomunicações (RECOF Semicondutores).

Ganhos a partir do RECOF

Segundo RECOF (2005), para se apurar os ganhos com o regime é interessante levar em consideração os volumes importados no ano anterior ao de quando a análise esteja acontecendo, eventualmente pode-se aplicar um percentual de diferença conforme uma previsão de aumento ou queda nos volumes da empresa para o ano em questão. Com essa informação em mãos é preciso levantar os seguintes ganhos:

- ✓ **Ganhos com fluxo de caixa para as vendas no mercado local:** Esse talvez seja um dos ganhos mais significativos do RECOF. Para se apurar esse ganho é preciso realizar uma análise da parcela do total importado que é destinada ao mercado local, apurar um prazo médio do giro do material importado (do momento da importação do insumo até a venda do produto final) e aplicar uma taxa que represente o valor do dinheiro no tempo nas variáveis citadas acima.
- ✓ **Redução do inventário uma vez que todas as importações serão liberadas no canal verde:** Normalmente as empresas trabalham com um prazo logístico da importação, que é o tempo total medido do momento da colocação do pedido de compra até a mercadoria efetivamente chegar à empresa. Esse é o prazo que influencia diretamente no total em dias do estoque da empresa e que será utilizado em todo o planejamento de produção.

Como no regime RECOF todas as importações passam acontecer com o canal verde com um tempo médio de liberação de 4 a 6 horas, essa garantia pode diminuir entre 3 a 5 dias, ou seja, diminuir o inventário da empresa.

- ✓ **Melhor utilização dos impostos a serem exportados:** O regime RECOF é um processo muito flexível que não exige que no momento da importação tenha que se saber a destinação final do insumo que está sendo importado uma vez que todo o processo será fechado somente no momento da real destinação. Com isso evitam-se vários problemas operacionais que hoje acontece no regime *Drawback*, como por exemplo, onde existe um *forecast* de exportação direcionando que 50% do total a ser importado por uma empresa pode ser realizado no *Drawback* uma vez que os produtos finais serão exportados, após o *forecast*, todas as importações previstas aconteceram e o resultado final é que temos 50% do total importado pela empresa foi feita com suspensão dentro do regime *Drawback*.
- ✓ **Ganhos com redução de armazenagem:** Esse é um item bastante interessante uma vez que trata de uma redução direta em cima dos custos de importação. Como uma importação sobre o regime RECOF estará sempre acontecendo no canal verde o tempo que a mercadoria fica em qualquer recinto de desembarço será muito reduzido conforme detalhamento abaixo, além de acontecer sempre no primeiro período de cobrança:
- ✓ **Isenção no pagamento de perdas inevitáveis no processo produtivo:** Assim como no regime *Drawback*, o RECOF permite a isenção do pagamento dos impostos para as perdas inevitáveis ao processo produtivo, no caso do RECOF esse percentual é foi fixado pela SRF em 1% para todas as empresas, esse percentual será aplicado para todos os produtos destinados a produção, diferentemente do *Drawback* que mantinha esse percentual somente a porção destinada à exportação.

Para se calcular o ganho com esse item, basta aplicar tal percentual no total destinado à produção no ano, do valor resultado devem-se diminuir os valores de perdas eventualmente aplicadas no *Drawback* (caso aconteça).

- ✓ **RECOF Compartilhado/Co-habilitado:** Esse é um ganho do regime RECOF muito interessante uma vez que é um benefício que as empresas não utilizam atualmente principalmente devido a falta de uma ferramenta (regime) adequado. Existe um processo chamado *Drawback* Intermediário, cuja idéia seria ser algo muito similar ao que temos no RECOF Compartilhado, porém devido à complexidade montada para esse regime, foi muito restringida do mesmo. A idéia básica do processo é poder compartilhar entre todas as empresas da cadeia exportadora, os benefícios do regime RECOF, mesmo que uma empresa não seja uma exportadora direta.

Esses são apenas os principais itens a serem levantados pelas empresas na análise dos ganhos com o regime RECOF, a análise de cada item acima pode variar de operação para operação.

Segundo RECOF (2005), além dos pontos "quantificáveis" tratados acima é importante atentar para alguns ganhos "não-quantificáveis" como, por exemplo:

- ✓ Redução do impacto perante greves ou operação padrão;
- ✓ Melhoria de processos internos devido aos controles que deverão ser implementados junto com o RECOF;
- ✓ Imagem corporativa frente à SRF;
- ✓ Flexibilização de todo o processo de comércio exterior;
- ✓ Possibilidade de importação de itens a serem submetidos a prestação de serviços de manutenção ou reparo no Brasil (é importante observar as limitações de cada setor industrial);
- ✓ Flexibilidade que permite re-exportar ou exportar no mesmo estado itens admitidos e com problemas de obsolescência, em garantia, para peças de reposição, entre outras opções;

Custos do RECOF

Ainda segundo o RECOF (2005), os custos para a implementação do RECOF irão variar de empresa para empresa e será proporcional a complexidade de cada operação de negócio, de forma genérica é preciso se quantificar os seguintes itens de prováveis custos:

- ✓ **Licença do software de controle do regime RECOF:** Além de ser um dos requisitos da SRF, o mesmo passa a ser uma necessidade operacional uma vez que será necessário controlar um rol de processos sobre o RECOF e o controle por software passa a ser um requisito.
- ✓ **Consultoria para a implantação do processo RECOF:** O projeto RECOF pode levar de 4 a 10 meses na média e para isso existirão profissionais alocados realizando os trabalhos de implementação do sistema (mapeamentos de integrações sistêmicas, re-desenhos de processos, necessidades de hardware, etc.).
- ✓ **Alocação de pessoal interna para suporte a implementação do RECOF:** Devido a toda complexidade e abrangência do RECOF é preciso que a empresa dedique uma equipe alocada para a implantação do mesmo, o custo dessa equipe durante o tempo do projeto deve-se ser considerada para o custo do projeto.
- ✓ **Necessidade de compra de hardware ou outros pontos relacionados à infraestrutura:** É preciso prever todos os investimentos necessários de hardware como, por exemplo, a compra de um servidor de banco de dados, um servidor WEB, infraestrutura para a WEB, aumento de *links* de comunicação, entre outros aspectos. Alternativamente a compra de hardware, pode-se trabalhar com uma hospedagem de dados em um fornecedor.

Setor Eletroeletrônico no Brasil

O faturamento do setor eletroeletrônico atingiu R\$ 81,6 bilhões em 2004, superando em 28% o realizado em 2003. Descontada a inflação, o acréscimo real foi de 15% (ABINEE, 2005). Para a ABINEE (2005), este crescimento pode ser atribuído ao desempenho das áreas de Telecomunicações e Utilidades Domésticas, bem como das exportações do setor, que cresceram 12%. Foi importante, também, a retomada das atividades de indústrias que estavam praticamente paralisadas em 2003, como telefonia fixa, GTD (Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica) e Material Elétrico de Instalação.

A boa performance da economia do País favoreceu a retomada dos negócios da indústria eletroeletrônica durante 2004, principalmente, em função da queda de juros, ocorrida entre junho de 2003 e agosto de 2004, e da redução dos depósitos compulsórios dos bancos, o que facilitou a concessão de crédito ao consumidor (ABINEE, 2005).

As exportações de bens da indústria eletroeletrônica tiveram performance bastante significativa em 2004. Com exceção da área de Telecomunicações, as exportações de todas as demais áreas do setor cresceram em relação a 2003 (ABINEE, 2005), conforme a Figura 1.

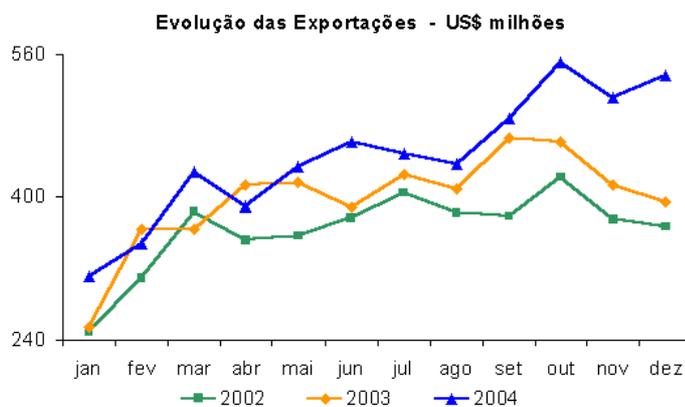


Figura 1 – Evolução das Exportações
Fonte: ABINEE, 2005.

As importações de produtos elétricos e eletrônicos somaram US\$ 12,6 bilhões em 2004, representando crescimento de 26% na comparação com 2003. Os Componentes Elétricos e Eletrônicos representaram 62% deste montante (ABINEE, 2005). A Figura 2 demonstra essa evolução.

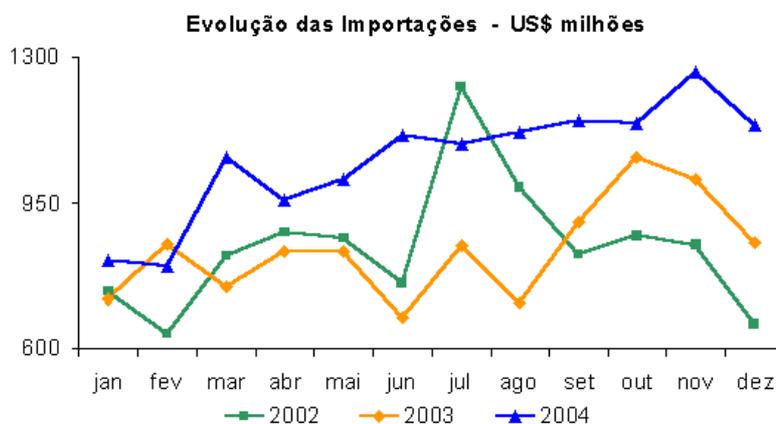


Figura 2 – Evolução das Importações
Fonte: ABINEE, 2005.

Vantagem Competitiva

Cooper e Argyris (2003) mencionam no Dicionário Enciclopédico de Administração, que a Vantagem Competitiva pode ser assegurada por meio de diferenciação da organização e/ou de seus produtos e serviços de alguma maneira, para obter a preferência de todo ou de parte do mercado sobre os rivais. Isso pode resultar em participação de mercado e/ou margens mais altas que os concorrentes. Em geral, vantagem competitiva pode ser obtida pelo oferecimento de maior valor ao cliente. Não há motivo para utilizar o termo vantagem competitiva, alternativamente como competência distinta, significando superioridade relativa em habilidades e recursos, ou superioridade de posição no mercado, já que o oferecimento de maior valor ao cliente resulta em alta participação de mercado (DAY e WENSLEY, apud COOPER e ARGYRIS, 2003).

As teorias baseadas em recursos argumentam que há duas fontes de vantagem competitiva: ativos, isto é, as dotações de recursos que o negócio acumulou (por exemplo, investimentos em escala, escopo e eficiência das unidades e dos sistemas, patrimônio de marca etc.), e as capacidades, definidas como “a cola que mantém tais ativos resumidos e os habilita a serem desdobrados vantajosamente”. As capacitações diferem dos ativos, pois não se pode atribuir a elas valores monetários. Elas são tão profundamente subjacentes às rotinas e práticas organizacionais que não podem ser comercializadas ou imitadas. Elas incluem habilidades e processos, e freqüentemente são tácitas (DIERICKX e COOL, apud COOPER e ARGYRIS, 2003).

As capacitações possuem algumas semelhanças com as competências essenciais, exceto pelo fato de que estas são vistas como capacitações que apóiam negócios múltiplos dentro da organização (PRAHALAD e HAMEL, apud COOPER e ARGYRIS, 2003). Porter, apud Cooper e Argyris (2003) argumenta que é importante estabelecer uma vantagem competitiva que seja sustentável, isto é, que não possa ser facilmente erodida por mudanças ambientais ou imitadas por concorrentes existentes ou potenciais.

Segundo Bueno (2000), *vantagem* é a qualidade do que está adiante ou é superior; primazia; lucro; proveito e *competição* é o torneio; disputa por um prêmio, rivalidade, antagonismo. Para Porter (2002), a vantagem competitiva se traduz em produtividade superior a dos concorrentes. O Quadro 2 apresenta as definições de Vantagem Competitiva pesquisadas:

Quadro 2 – Definições de Vantagem Competitiva

Autores/Data	Vantagem Competitiva
Bueno (2000)	<i>Vantagem</i> é a qualidade do que está adiante ou é superior; primazia; lucro; proveito e <i>competição</i> , é o torneio; disputa por um prêmio, rivalidade, antagonismo.
Porter (2002)	Se traduz em produtividade superior a dos concorrentes.
Cooper e Argyris (2003)	Pode ser assegurada por meio de diferenciação da organização e/ou de seus produtos e serviços de alguma maneira, para obter a preferência de todo ou de parte do mercado sobre os rivais.

Fonte: Organizado pelos autores

As empresas conseguem vantagem competitiva ao conceber novas maneiras de realizar atividades, empregando novos procedimentos, novas tecnologias ou diferentes insumos (PORTER, 2002). Já para Bateman (1998), as empresas obtêm vantagem competitiva ao canalizarem seus interesses ambientais nas oportunidades de empreendimento e fabricarem produtos de maior qualidade que atendam à demanda dos consumidores.

As competências essenciais são recursos e capacidades que servem de fonte de vantagem competitiva para uma empresa em relação a seus concorrentes. Como fonte de vantagem competitiva para a empresa, as competências essenciais diferenciam-na competitivamente e

refletem a sua personalidade. As competências essenciais surgem com o tempo por meio de um processo organizacional para acumular e aprender a dispor de diferentes recursos e capacidades (HITT et al., 2003).

Segundo Porter (2002), para se compreender vantagem competitiva, primeiramente, é necessário que se defina a indústria, visto que, a mesma é a unidade de análise básica. A indústria é um grupo de competidores que produzem mercadorias e serviços que competem diretamente entre si.

“Uma vantagem competitiva sustentável é alcançada quando a empresa é bem-sucedida na implementação de uma estratégia que gere valor, que outras empresas não conseguem reproduzir ou acreditam que seja muito dispendioso imitá-la” (HITT et al., 2003, p. 5). O outro conceito importante é o *âmbito competitivo* ou a extensão do alvo da empresa dentro da indústria, ou seja, uma empresa deve escolher a gama de variedades de produtos que fabricará, os canais de distribuição que empregará, os tipos de compradores que atenderá, os canais de distribuição que venderá e a variedade de indústrias correlatas nas quais também competirá. A escolha mais básica é a que se faz entre um âmbito e a focalização num seguimento específico (PORTER, 2002).

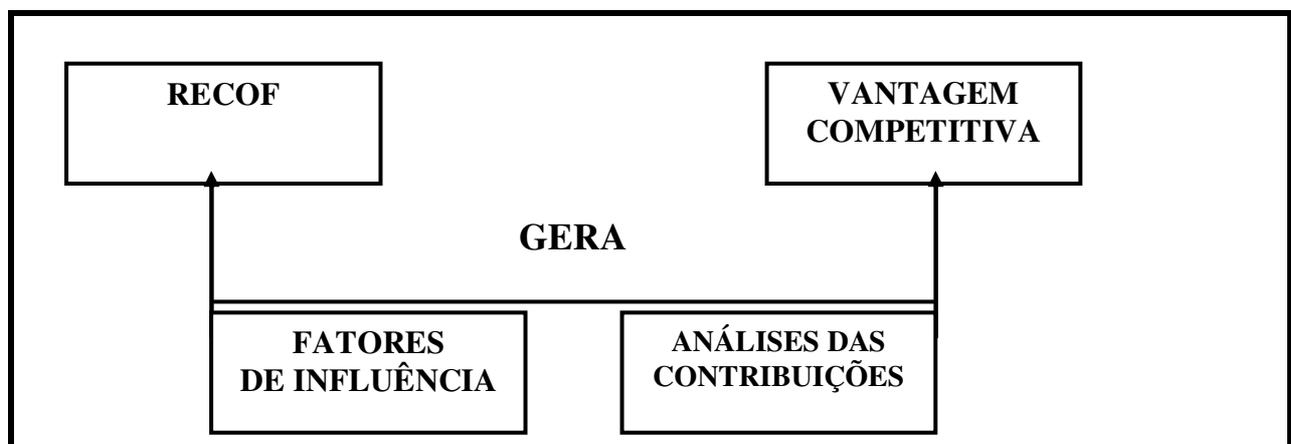
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os Procedimentos Metodológicos foram adotados com a finalidade de se verificar as teorias abordadas no Referencial Teórico, visando obter uma resposta para o problema de pesquisa. O RECOF é um instrumento da Política Industrial destinado a fomentar as atividades industriais dos setores: aeronáutico, automotivo, informática e telecomunicações, semicondutores e componentes de alta tecnologia para informática e telecomunicações. Assim, o Regime de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado (RECOF), pode ser fonte de vantagem competitiva para as empresas dos setores acima mencionados.

Considerando a importância da Política Industrial (do Brasil) como fonte de competitividade para as empresas brasileiras que pretendem se inserir no mercado internacional, este trabalho aborda o seguinte problema de pesquisa, conforme ilustrado na figura 3:

Como o Regime de Entreposto Industrial Sob Controle Informatizado (RECOF) Influencia na Geração de Vantagem Competitiva para as Empresas do Setor de Componentes Eletrônicos?

Figura 3 – Modelo de Pesquisa



Fonte: Os autores

Objetivo Geral:

Analisar como o Regime de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado (RECOF) influencia a geração de vantagem competitiva para as empresas do setor de componentes eletrônicos.

Tendo em vista o objetivo geral, a pesquisa possui os seguintes **Objetivos Específicos**:

- ✓ Estudar a literatura existente sobre os temas: RECOF e Vantagem Competitiva
- ✓ Identificar os principais fatores do Regime de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado (RECOF) que contribuem para a competitividade.
- ✓ Analisar a contribuição de cada fator para a obtenção desta competitiva.

A metodologia de pesquisa utilizada foi do tipo qualitativa e de natureza exploratória. De acordo com Lakatos e Marconi (1991), os estudos de natureza exploratória que “são investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos” (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 188).

As entrevistas foram realizadas utilizando-se roteiro de entrevistas e questionário previamente preparados. Na análise das informações obtidas, utilizou-se a análise de conteúdo, por ser uma técnica de pesquisa que possui as características metodológicas: objetividade, sistematização e inferência (RICHARDSON, 1999, p. 223).

A objetividade refere-se à explicitação das regras e dos procedimentos utilizados em cada etapa da análise de conteúdo, critério esse de extrema importância por diminuir a chance de que os dados sejam distorcidos pela interpretação do pesquisador. As regras referem-se à delimitação das categorias, à definição operacional de cada uma delas (critérios que permitem distinguir as categorias), aos critérios utilizados para a codificação do conteúdo (RICHARDSON, 1999, p. 223).

Essa técnica proporciona maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito, aprimorando idéias, considerando os vários aspectos do segmento estudado através de levantamentos bibliográficos sobre o Regime de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado (RECOF), entrevistas com pessoas que vivenciam na prática a experiência desse regime e através da análise das empresas que obtiveram vantagem competitiva com as suas exportações.

AS EMPRESAS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Ericsson Telecomunicações S.A.

A Ericsson, com matriz em Estocolmo, na Suécia, é líder mundial em telecomunicações e está em atividade no mundo desde 1876, tendo hoje cerca de 61.000 empregados em mais de 140 países. No Brasil, a Ericsson está presente desde 1924. Sua área industrial está situada em São José dos Campos, mas possui escritórios regionais, além da sua matriz em São Paulo.

Focada em desenvolvimento de tecnologias, possui o maior Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da América Latina, localizado em Indaiatuba, e um dos maiores centros de treinamento da América Latina, o Centro de Desenvolvimento de Competências, em São José dos Campos. A Ericsson fornece soluções completas, desde sistemas e aplicações até serviços e tecnologias-chave para terminais móveis, sendo a maior provedora de todas as tecnologias de sistemas móveis presentes no mercado. As 10 maiores operadoras do mundo e todas as operadoras do Brasil são clientes Ericsson. A Ericsson foi uma das pioneiras na utilização do regime RECOF e também foi a primeira empresa a utilizar o RECOF Compartilhado.

Siemens

Fundada há 150 anos atrás, a Siemens é uma companhia de atuação global presente nos seguimentos de Tecnologia de Informação, Comunicações, Automação, Produtos de Força, Transportes, Equipamentos Médicos e Iluminação. Empregando cerca de 434.000 funcionários no mundo. Todos os produtos e serviços da Siemens estão presentes em mais de 190 países. No Brasil, a Siemens está fortemente representada no Brasil. As primeiras atividades da empresa no país datam de 1867, com a instalação da linha telegráfica pioneira entre o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul. Em 1895, no Rio de Janeiro, era aberto o primeiro escritório e, dez anos mais tarde, ocorria à fundação da empresa no Brasil.

A Siemens é uma das empresas líderes do mercado eletroeletrônico brasileiro, com atividades nos segmentos de negócios Information and Communications, Automation and Control, Medical, Power, Transportation e Lighting. No Brasil, o grupo conta hoje com 8.372 colaboradores, doze unidades fabris - algumas ocupando lugar de destaque em nossa organização mundial, como a fábrica de Manaus, um dos três centros de competência mundiais da Siemens para a fabricação dos telefones celulares GSM -, quatro centros de pesquisa e desenvolvimento, doze escritórios de vendas e service, e ainda três representantes no exterior – dois no Paraguai e um na Bolívia.

Solectron

A Solectron é uma empresa que oferece serviços de fabricação de produtos eletrônicos que oferece soluções integradas de *supply-chain* dentro do sistema OEM. A Solectron oferece design integrado, fabricação e serviços pós-venda para clientes garantido-lhes acesso a tecnologias de fabricação, redução do tempo de produção-distribuição, redução do custo total de fornecimento e melhor utilização de ativos. Uma empresa OEM (Original Equipment Manufacturer) é uma empresa que fabrica ou monta produtos ou componentes que são utilizados em produtos vendidos por outra empresa.

Foi fundada em 1977, possui aproximadamente 57 mil funcionários no mundo inteiro e é líder no setor de serviços de fabricação de produtos eletrônicos, oferecendo serviços às empresas detentoras das principais marcas de produtos eletrônicos que são baseados em tecnologias de ponta.

A Solectron está situada em mais de 20 países em todo o mundo e oferecem serviços de design, fabricação e assistência técnica para empresas que atuam nos setores automotivos, comunicações, computadores, armazenagem de dados, bens de consumo, novas tecnologias, equipamentos médicos e redes de computadores. No Brasil, a Solectron oferece seus serviços à IBM, na montagem de computadores e posterior assistência técnica, tendo, portanto recebido credenciamento junto ao RECOF por atuar nessa operação.

Softway

Para atender a demanda das empresas em realizar e gerenciar as atividades e informações envolvidas nos processos de importação e exportação e assim agilizar e otimizar seus processos atendendo melhor a seus clientes, a Softway criou um conjunto completo de soluções de software para operação, controle e gerenciamento dos diversos segmentos do comércio exterior: Importação, Exportação, Câmbio, além de controle e gerência de regimes aduaneiros especiais propostos pela Receita Federal como o Drawback, RECOF, Linha Azul, DE, DAF, Pexpam e Entrepostos Aduaneiros Industriais. Em RECOF, a Softway detém a unanimidade do mercado, sendo que 100% das empresas homologadas pela Receita Federal para operar nestes regimes optaram pelas suas soluções.

Os produtos da Softway são interligados de forma nativa e já estão instalados e adaptados em mais de 100 empresas, interfaceando com os mais diferentes ERPs: SAP, ORACLE, MFG-Pro, IFS, BAAN e outros sistemas. Além do Brasil, as soluções estão instaladas em outros sete países da América Latina, facilitando e agilizando as transações comerciais entre estes países.

A Softway conseguiu atingir em diversos setores (automotivo, aeronáutico, telecomunicações, médico, computação, eletrônica, industriais entre outros), uma invejável carteira de clientes: 3M, Aerolíneas Argentinas, Aerovias México, Fedex, Flextronics, GE CELMA, Honda, Tecumseh, General Motors (BRA/ARG), Goodyear, Gradiente, GDK, GKN, Hewlett Packard, Honda, Ibéria, IBM, Invensys System, Johnson&Johnson Consumidores, Johnson&Johnson Produtos Profissionais, Karina, Kodak, Lucent Technologies, Merck-Sharp&Dhome, Mineração Rio do Norte, Motorola, Nextel, Nissan, Nokia, Nortel Networks, Petrobrás, Philips da Amazônia, Philips do Brasil, PSA Peugeot-Citroën, Renault, Samarco, Sanmina-SCI, Samsung, Sapoti, Scania, Siemens, Siemens-VDO, Smart, Solectron, South África Airways, Teksid, TAM, dentre outros.

RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Conforme mencionado no capítulo de procedimentos metodológicos, a análise dos dados foi efetuada utilizando-se da técnica de análise de conteúdo. Este processo de análise dos dados partiu da transcrição das entrevistas gravadas com gravador digital, com exceção de uma das entrevistas, na qual a empresa Siemens, não permitiu a gravação e, portanto, o processo de análise foi realizado com base nas anotações tomadas durante a entrevista.

Quanto ao material das entrevistas, após a transcrição e conferência de sua fidelidade, iniciou-se a leitura flutuante, uma das etapas do processo de análise do material empírico na pesquisa qualitativa (Bardin, 1977), com o objetivo de coletar as primeiras impressões. Posteriormente, foi realizada uma nova leitura que permitiu estabelecer as relações entre os depoimentos, pois é esse o sistema de relações que torna possível as interpretações.

Buscou-se identificar os fatores do Regime de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado (RECOF) que influenciam na geração de vantagem competitiva, bem como, analisar a contribuição de cada fator na obtenção da mesma. A partir da realização da análise de conteúdo das entrevistas e categorização *a posteriori*, identificaram-se três categorias: redução de custo, agilidade no processo e abrangência, conforme quadro 3:

Quadro 3 - Categorias (Fatores) identificadas

Categorias (Fatores)	Sub-Categorias
Agilidade no processo	Agilidade no processo de importação; Melhorias
Redução de custo	Redução dos custos de armazenagem; RECOF Compartilhado; Otimização do fluxo de caixa; Redução da carga tributária.
Abrangência	Abrangência no Setor.

Fonte: Elaborado pelos Autores

Categoria 1 – Redução de custo

A primeira categoria identificada foi a redução de custo sendo essa a mais citada pelos entrevistados com 33 menções, conforme demonstrado na tabela 1:

Tabela 1 - Frequência de menções para a categoria Redução de custo

Fator Redução de custo	Siemens	Ericsson	Solectron	Softway	Total
Frequência	5	12	7	9	33

Fonte: Elaborado pelos Autores

Essa categoria foi mencionada por todas as empresas, conforme se observa nos seguintes trechos de entrevistas:

“...Também nós temos desta forma uma redução de armazenagem, pois a Infraero dá esse benefício para as empresas RECOF, porque as cargas chegam e saem no mesmo dia, então têm-se uma redução no custo de armazenagem, em média de 50 a 60%, melhora o nosso *cash flow*...” (Claudia Pereira, Entrevista Ericsson).

“...desconto na taxa de armazenagem Infraero...No RECOF isso ai cai em quase 62%. Então você já tem uma redução de 0,7...” (Menotti – Entrevista Softway).

“...a carga tributária no Brasil é muito alta, hoje em dia é mais barato produzir na Europa e exportar para a América Latina. Foi o RECOF que permitiu mudar esta operação, com a suspensão dos tributos ficamos em iguais condições de produzir em nossa fábrica em Curitiba para atender à América Latina...” (Maria Terezinha V.C. Pereira – Entrevista da Siemens).

A competitividade em custos é mencionada no Referencial Teórico por dois autores, Porter (1999) e Bateman (1998). O que está de acordo com Porter (1999), que defende a competitividade com forma de proporcionar maior valor aos clientes ou gerar valor comparável a um custo mais baixo, ou ambos. Competitividade em Custos: significa que o produto (bem ou serviço) pode ter preços em um nível que seja atrativo para os consumidores (BATEMAN, 1998). Matérias-primas, equipamento, capital, fabricação, marketing e entrega de mão-de-obra constituem alguns dos custos que precisam ser administrados com cuidado (BATEMAN, 1998).

Categoria 2 – Agilidade no processo

A segunda categoria identificada foi a agilidade no processo sendo essa a segunda mais citada pelos entrevistados, conforme demonstrado na tabela 2 abaixo:

Tabela 2 - Frequência de menções para a categoria Agilidade no Processo

Fator Agilidade no processo	Siemens	Ericsson	Solectron	Softway	Total
Frequência	3	6	8	14	31

Fonte: Elaborado pelos Autores

Essa categoria apareceu 31 vezes:

“...a agilidade que nós temos hoje faz com que muitas operadoras, que têm várias opções de fornecimento, escolham por nós, pois a questão do prazo é decisiva, e com o RECOF, a gente consegue ter um processo muito mais rápido e consegue atender o cliente em um menor prazo, isso faz com que a gente ganhe cada vez mais projetos funcionais” (Claudia Pereira, Entrevista Ericsson).

Essa agilidade no processo está evidenciada por Porter (2002) como um fator gerador de vantagem competitiva. A inovação inclui tanto melhorias na tecnologia como melhores métodos ou maneiras de fazer as coisas. Ela pode se evidenciar em modificações de produtos, mudanças de processo, novas abordagens da comercialização, novas formas de distribuição e novas concepções de âmbito (PORTER, 2002).

Categoria 3 – Abrangência

A terceira categoria identificada foi a abrangência, sendo esta a terceira mais citada pelos entrevistados, conforme demonstrado na tabela 3 abaixo:

Tabela 3 - Frequência de menções para a categoria Abrangência

Fator Abrangência	Siemens	Ericsson	Solectron	Softway	Total
-------------------	---------	----------	-----------	---------	-------

Frequência	0	1	1	1	3
-------------------	---	---	---	---	---

Fonte: Elaborado pelos Autores

A seguir estão apresentados dois casos de menção:

“...gostaria também de falar das principais melhorias que acreditamos que são necessárias para o desenvolvimento do RECOF, tais como: Ampliação da lista de produtos (da classificação fiscal) aprovadas no RECOF. Muitas empresas, principalmente do ramo de telecomunicações, ainda não podem se habilitar ao regime RECOF...” (Cláudia Pereira – Entrevista da Ericsson).

“Eu diria que 98% das nossas mercadorias importadas elas entram através de RECOF. Uma pouca porcentagem, a gente não faz pelo RECOF porque são materiais que não são elegíveis, materiais de consumo, tipo solda e pasta de solda, graxa, coisas materiais e insumos não ...” (Claudionor Lopes da Silva – Entrevista da Solectron).

Essa categoria ainda não contribui de forma efetiva para a geração da vantagem competitiva, pois de acordo com a maioria dos entrevistados, este é um fator limitante. O RECOF não contempla materiais de consumo como soldas, graxas e insumos não produtivos fazendo com que as empresas importem esses materiais sem a suspensão de tributos diminuindo o potencial de geração de vantagem competitiva.

Apesar de não ser o objetivo de pesquisa, foi identificado por meio da pergunta: “Há algum comentário que você gostaria de acrescentar que nós não perguntamos?”, que o regime RECOF é elitista, ou seja, contempla apenas alguns setores da indústria (aeronáutico, informática ou telecomunicações, de semicondutores e de componentes de alta tecnologia para informática e telecomunicações e o automotivo) restringindo assim a competitividade de toda a indústria nacional, conforme observado no trecho de entrevista abaixo:

“...o RECOF é um benefício que está sendo estendido pra outros setores do mercado, ele começou no setor de Informática e Comunicações, hoje ele abrange o setor de Aeronáutica e abrange também o Automotivo (...) dizem que é um benefício elitista, pra poucos...” (Claudionor – Entrevista Solectron).

O processo de leitura / pré-análise da análise de conteúdo permitiu identificar as seguintes subcategorias demonstradas no quadro 4:

Quadro 4 – Subcategorias

Subcategoria	Descrição	Categoria Principal
Redução de impostos e carga tributária	Permite tornar o produto competitivo no mercado exterior, possibilitando a geração de negócios e projetos dos quais as empresas não participariam se não tivessem o benefício do RECOF.	Redução de custo
Agilidade no processo de importação	A adoção do regime RECOF permitiu agilidade no processo de importação, pela redução do tempo de desembaraço de 5 dias para algumas horas, permitindo a utilização de estoques reduzidos.	Agilidade no processo de importação / Melhorias
Redução dos custos de armazenagem	Redução dos custos de armazenagem na INFRAERO, devido à existência de uma tabela diferenciada para usuários do RECOF.	Redução de custo
Melhorias	Todas as empresas obtiveram melhorias em seus processos internos ao se adequarem ao RECOF.	Agilidade no processo de importação / Melhorias
RECOF Compartilhado	Agrega vantagem ao processo ao estender os benefícios aos parceiros das empresas participantes do regime.	Redução de custo

Otimização do fluxo de caixa	Possibilidade de otimização do fluxo de caixa por deferimento dos impostos nas vendas nacionais.	Redução de custo
Abrangência no Setor	Dentro desses setores nem todas as NCM's estão contempladas pelo regime.	Abrangência no Setor

Fonte: Elaborado pelos Autores

CONCLUSÃO

O objetivo desse trabalho consistiu em identificar como o Regime de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado (RECOF) influencia a geração de vantagem competitiva para as empresas do setor de componentes eletroeletrônicos.

Por meio de estudo exploratório qualitativo foram realizadas quatro entrevistas despadronizadas ou não estruturadas focalizadas, sendo três com empresas multinacionais de grande porte e uma com empresa prestadora de serviços, pioneira no desenvolvimento do software necessário para a operacionalização do regime. Posteriormente, procedeu-se a análise de conteúdo dessas entrevistas, nas quais se identificaram os seguintes fatores que influenciam na geração da vantagem competitiva: redução de custo, agilidade no processo e abrangência.

A redução de custo seja ela com a redução da carga tributária, ou com a redução dos custos de armazenagem, ou pelo uso otimizado do fluxo de caixa, ou pela extensão dos benefícios para os fornecedores por meio do RECOF Compartilhado ou ainda pela combinação de todos eles, é o que permite que os produtos atinjam preços competitivos no mercado exterior. A agilidade do processo alavancou a vantagem competitiva, na medida em que permitiu as empresas melhores prazos de entrega que os dos seus concorrentes, possibilitando que as empresas ganhassem contratos no exterior, por possuírem esse diferencial, bem como credibilidade junto aos seus clientes. Permitiu também a utilização de estoques mínimos e operações enxutas em seus processos produtivos.

Porém a abrangência do RECOF mostrou-se um fator limitante na geração da vantagem competitiva por não contemplar todos os insumos de produção. Portanto, pode-se concluir que o objetivo da pesquisa foi atingido de forma satisfatória, pois conseguiu-se identificar como o RECOF influencia na geração de vantagem competitiva para as empresas do setor de componentes eletrônicos.

Ao término desta pesquisa recomenda-se a realização de um estudo qualitativo envolvendo empresas de outros setores ou a realização de estudos quantitativos para apurar indicadores estatísticos que evidenciem os fatores encontrados. Por se tratar de um estudo exploratório com uma amostra reduzida a quatro empresas as conclusões obtidas não podem ser generalizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1998.
- ANSOFF, H. Igor. **Implantando a Administração Estratégica**. São Paulo: Atlas, 1993.
- ASSOCIAÇÃO Brasileira da Indústria de Elétrica e Eletrônica (ABINEE). Apresenta informações referentes às Indústrias Elétricas e Eletrônicas. Disponível em: <<http://www.ABINEE.org.br>>. Acesso em: 15 mai. 2005.

BAPTISTA, Margarida A. **Política Industrial**. Campinas: UNICAMP, 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda., 1977.

BATEMAN, Thomas S. Administração. **Construindo Vantagem Competitiva**. São Paulo: Atlas, 1998.

BUENO, Silveira. **Mini Dicionário**. São Paulo: FTD, 2000.

CASTRO, Antônio B. et al. **O Futuro da Indústria no Brasil e no Mundo**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CERVO, A. L e BERVIAN, P.A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Makron Books, 1996.

COOPER, Cary L.; ARGYRIS, Chris. **Dicionário Enciclopédico de Administração**. São Paulo: Atlas, 2003.

FLICK, Uwe. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GAROFALO FILHO, Emilio. **Dicionário de Comércio Exterior e Câmbio**. São Paulo: Saraiva, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GREMAUD, Amaury P. et al. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2004.

HITT, Michael A. et al. **Administração Estratégica**. São Paulo: Thomson, 2003.

INGRAM, James C. **Problemas de Economia Internacional**. São Paulo: Pioneira, 1974.

JONES, Charles I. **Introdução ao Crescimento Econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

KUPFER, David. **Economia Industrial**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). Desenvolvido pelo Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Apresenta informações referentes ao Comércio Exterior Brasileiro. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 15 mai. 2005.

MINTZBERG, Henry; QUINN, James B. **O Processo da Estratégia**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MONTGOMERY, Cynthia A. **Estratégia – A Busca da Vantagem Competitiva**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

MONTORO FILHO, André F. et al. **Manual de Economia**. São Paulo: Saraiva, 2001.

PORTER, Michael E. **A Vantagem Competitiva das Nações**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

PORTER, Michael E. **Competição**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PORTER, Michael E. **Técnicas para Análise de Indústrias e da Concorrência**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

REAL DE AZÚA, Daniel E. **O Neoprotecionismo e o Comércio Exterior**. São Paulo: Aduaneiras, 1986.

REGIME de Entrepasto Industrial Sob Controle Informatizado (RECOF). Apresenta informações referentes ao Regime RECOF. Disponível em: <<http://www.RECOF.com.br/roi.htm>>. Acesso em: 20 mai. 2005.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2003.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RICHARDSON, Roberto Jarry, WAINWRIGHT, David. **A Pesquisa Qualitativa Crítica e Válida. Pesquisa Social**. Cap. 6, São Paulo: Atlas, 3^a ed., 1999.

SALVATORE, DOMINICK. **Economia Internacional**. São Paulo: LTC, 6^a ed., 1998.

SECRETÁRIA da Receita Federal (SRF). Desenvolvido pelo Governo Federal, através da Secretária da Receita Federal. Apresenta informações referentes à Legislação Brasileira. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 15 mai. 2005.

SIEMENS. Disponível em: <<http://www.siemens.com.br>>. Acesso em: 01 nov. 2005.

SOFTWAY. Disponível em: <<http://www.softcomex.com.br>>. Acesso em: 13 out. 2005.

SOLETRON. Disponível em: <<http://www.solectron.com.br>>. Acesso em: 24 out. 2005.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao Capitalismo financeiro - Ensaio sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
VASCONCELOS, Marco Antonio S. **Economia - Micro e Macro**. São Paulo: Atlas, 2002.
VAN MEERHAEGHE, Marcel A. G. **Economia Internacional**. São Paulo: Atlas, 1976.
VAZQUEZ, José Lopes. **Comércio Exterior Brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2003.